

AUDITORIA

CIDADÃ DA DÍVIDA



CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL COM FOCO NA DÍVIDA PÚBLICA

Maria Lucia Fattorelli

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Maceió, 9 de maio de 2013

CONJUNTURA GLOBAL

Crise

financeira

social

alimentar

ambiental



Crise de Valores

Exacerbado poder do “mercado” e da grande mídia
“...incrível massa retórica enganosa e desinformação.”

**ESGOTAMENTO DO MODELO DE ACUMULAÇÃO
CAPITALISTA**

CONJUNTURA INTERNACIONAL



Crise Financeira

Provocada por grandes bancos

Desregulamentação do mercado financeiro

- Derivativos sem lastro = Ativos “Tóxicos”
- Especulação = Alavancagem

Efeitos:

Grandes bancos internacionais em risco de quebra

Salvamento: “Grandes demais para quebrar”

EUA e Europa:

- Estatização da parte podre de grandes bancos
- Criação de *Bad Banks*
- Expressiva injeção de moeda no setor bancário

CRISE GLOBAL DA DÍVIDA gerada para salvar bancos

Manifestações contra os cortes de gastos sociais



Grécia



Irlanda



França



Portugal



Inglaterra



Espanha

CONJUNTURA GLOBAL

**Crise do Setor Financeiro é transformada em
CRISE DA DÍVIDA**

**Instrumento de endividamento público utilizado como
um sistema de desvio de recursos públicos:**

“Sistema da Dívida”

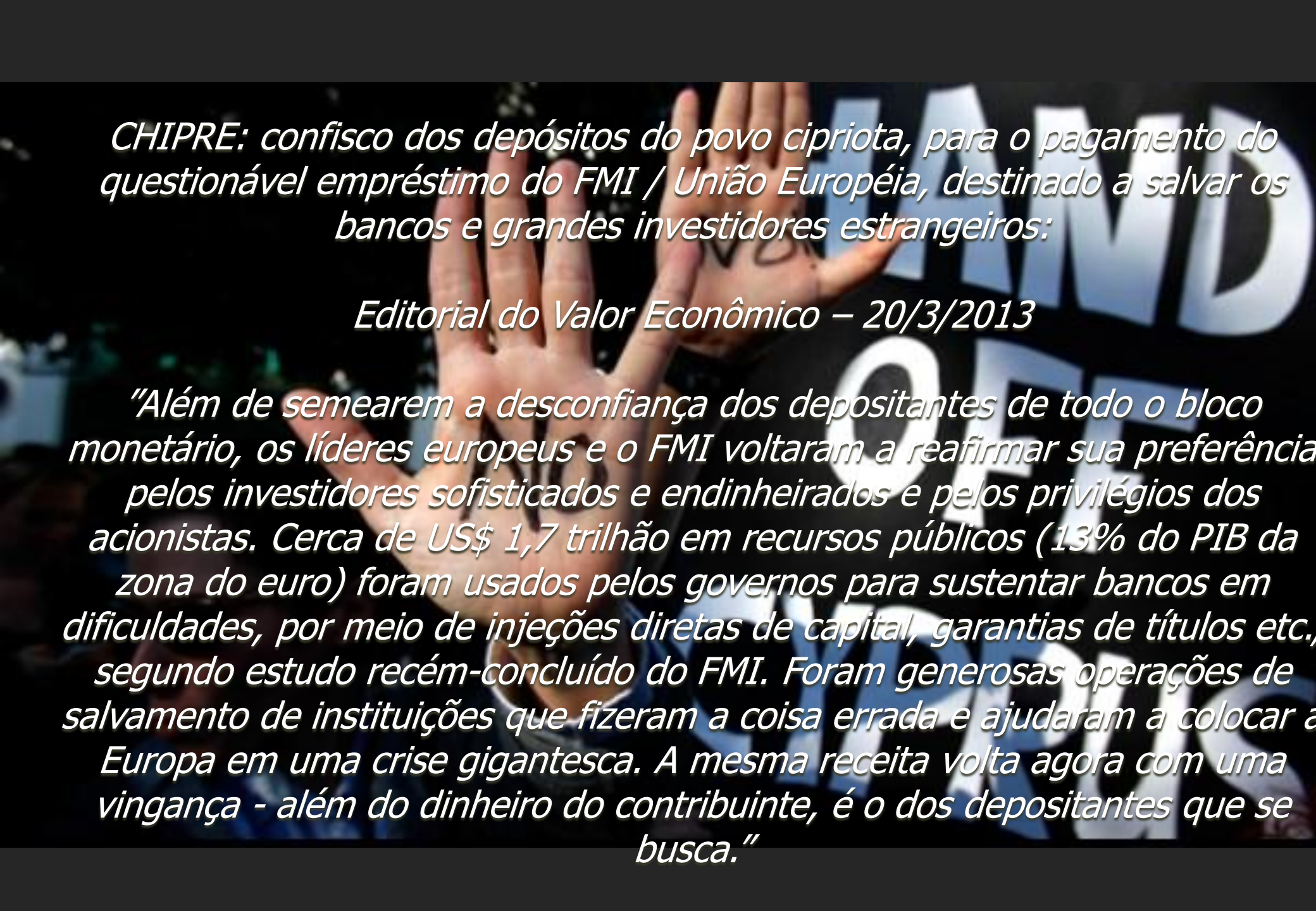
Discurso de Autoridades: “RISCO DE CONTÁGIO” DA CRISE EUROPÉIA ATUAL PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: “aumento dos canais de contágio”

- Riscos para o Fundo do Pré-sal
- Fundos de Pensão
- Fundo Soberano

Ambiente adverso à criação de Fundos de Pensão

O grave problema das contas do País não é a Previdência:

**DÍVIDA BRASILEIRA SUPERA R\$3 TRILHÕES OU
84% DO PIB**

A hand with the word "NO" written on the palm is raised in front of a large blue sign that says "DEMAND". The background is dark and out of focus.

CHIPRE: confisco dos depósitos do povo cipriota, para o pagamento do questionável empréstimo do FMI / União Européia, destinado a salvar os bancos e grandes investidores estrangeiros:

Editorial do Valor Econômico – 20/3/2013

“Além de semearem a desconfiança dos depositantes de todo o bloco monetário, os líderes europeus e o FMI voltaram a reafirmar sua preferência pelos investidores sofisticados e endinheirados e pelos privilégios dos acionistas. Cerca de US\$ 1,7 trilhão em recursos públicos (13% do PIB da zona do euro) foram usados pelos governos para sustentar bancos em dificuldades, por meio de injeções diretas de capital, garantias de títulos etc., segundo estudo recém-concluído do FMI. Foram generosas operações de salvamento de instituições que fizeram a coisa errada e ajudaram a colocar a Europa em uma crise gigantesca. A mesma receita volta agora com uma vingança - além do dinheiro do contribuinte, é o dos depositantes que se busca.”

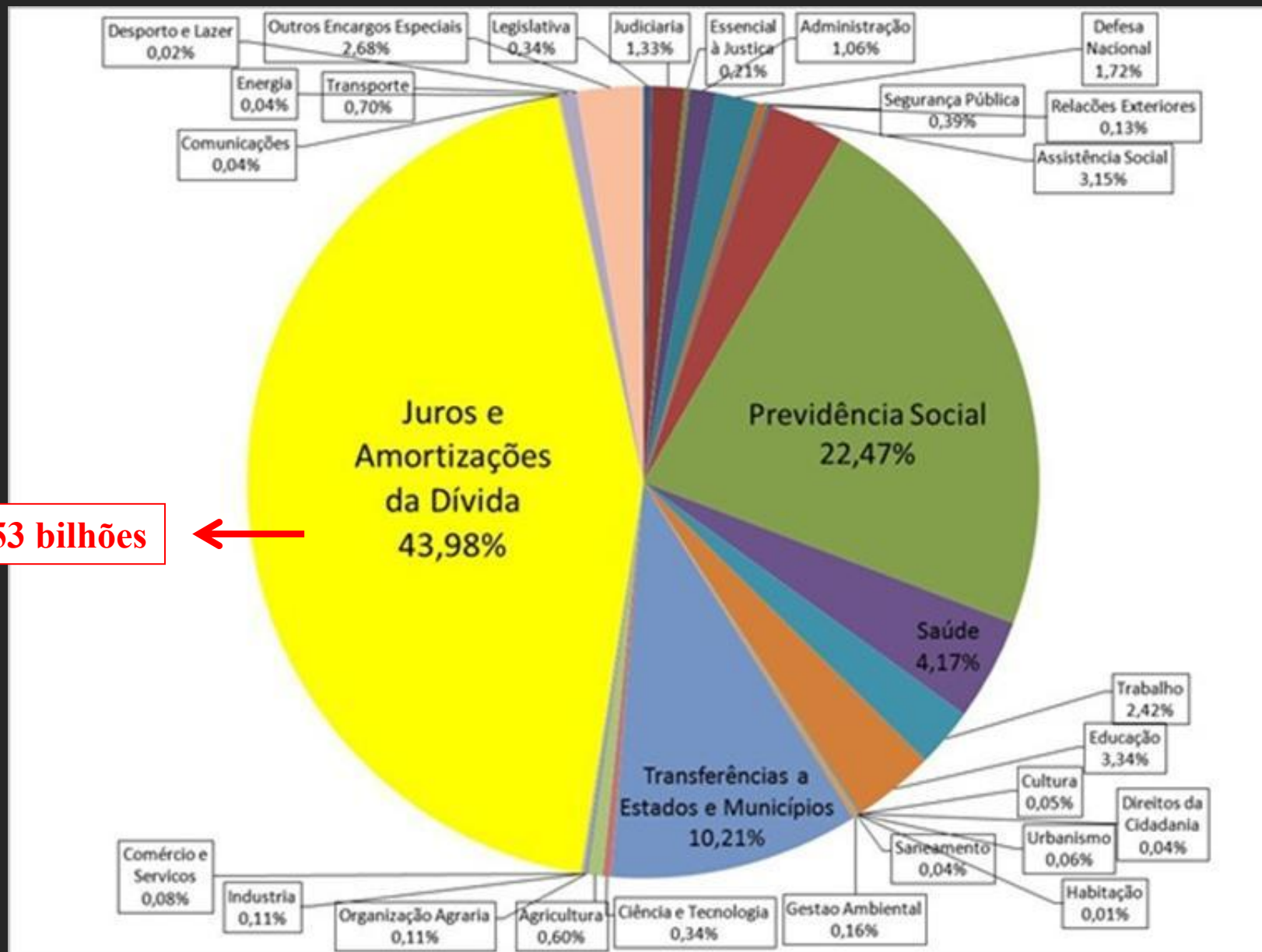


PARADOXO BRASIL

- **6ª Economia Mundial**
- **3ª Pior distribuição de renda do mundo**
- **85º no ranking de respeito aos Direitos Humanos - IDH**

Orçamento Geral da União – Executado em 2012 – Total = R\$ 1,712 trilhão

R\$ 753 bilhões



SITUAÇÃO ATUAL – BRASIL

Governo não admite crise da dívida, mas qual a razão para:

Privilégio na destinação recursos para a dívida

Juros mais elevados do mundo

Carga tributária elevada e regressiva

Ausência de retorno em bens e serviços públicos

Contigenciamento de gastos sociais

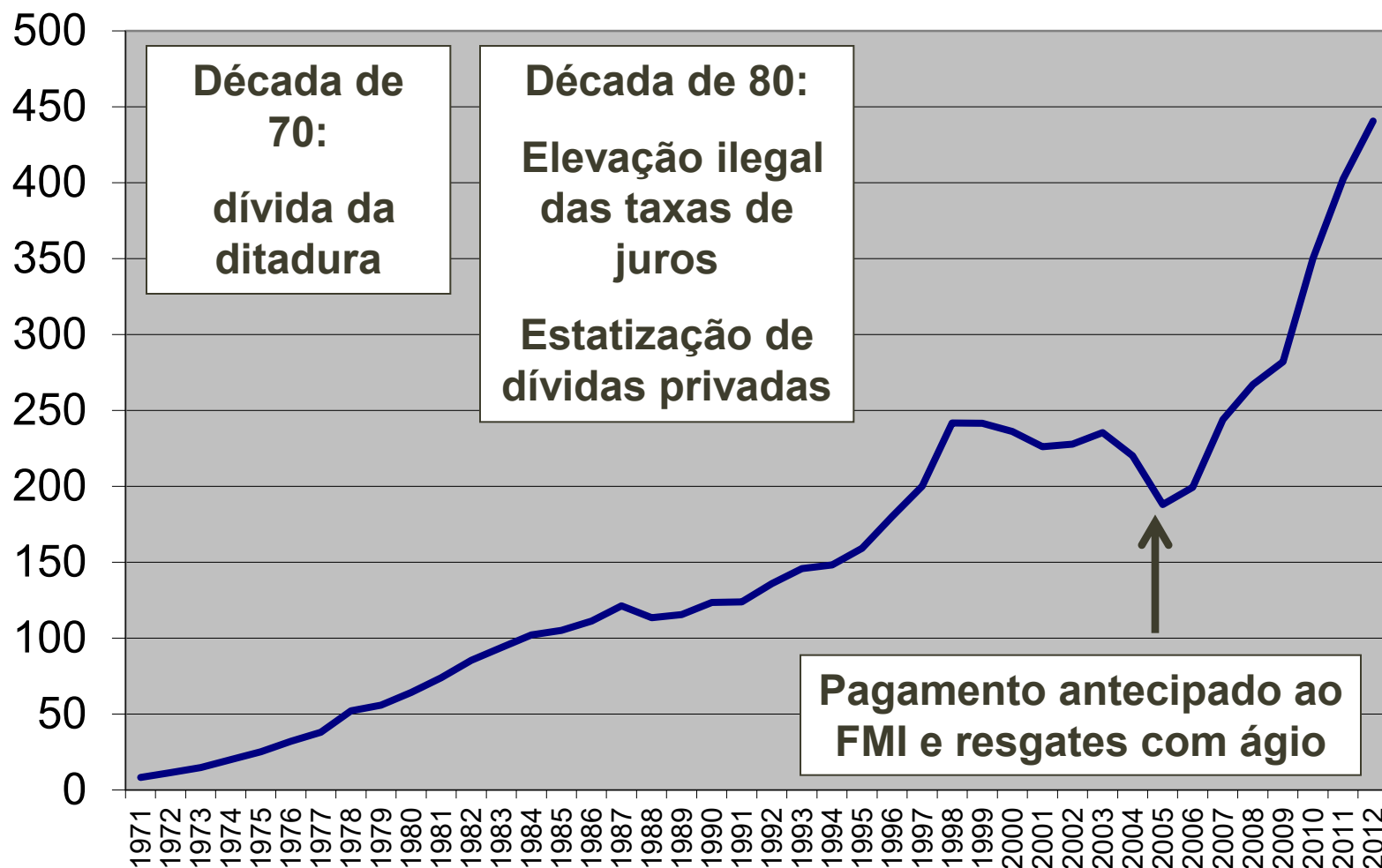
Congelamento salários setor público

Prioridade para Metas de “Superávit Primário” e “Inflação”

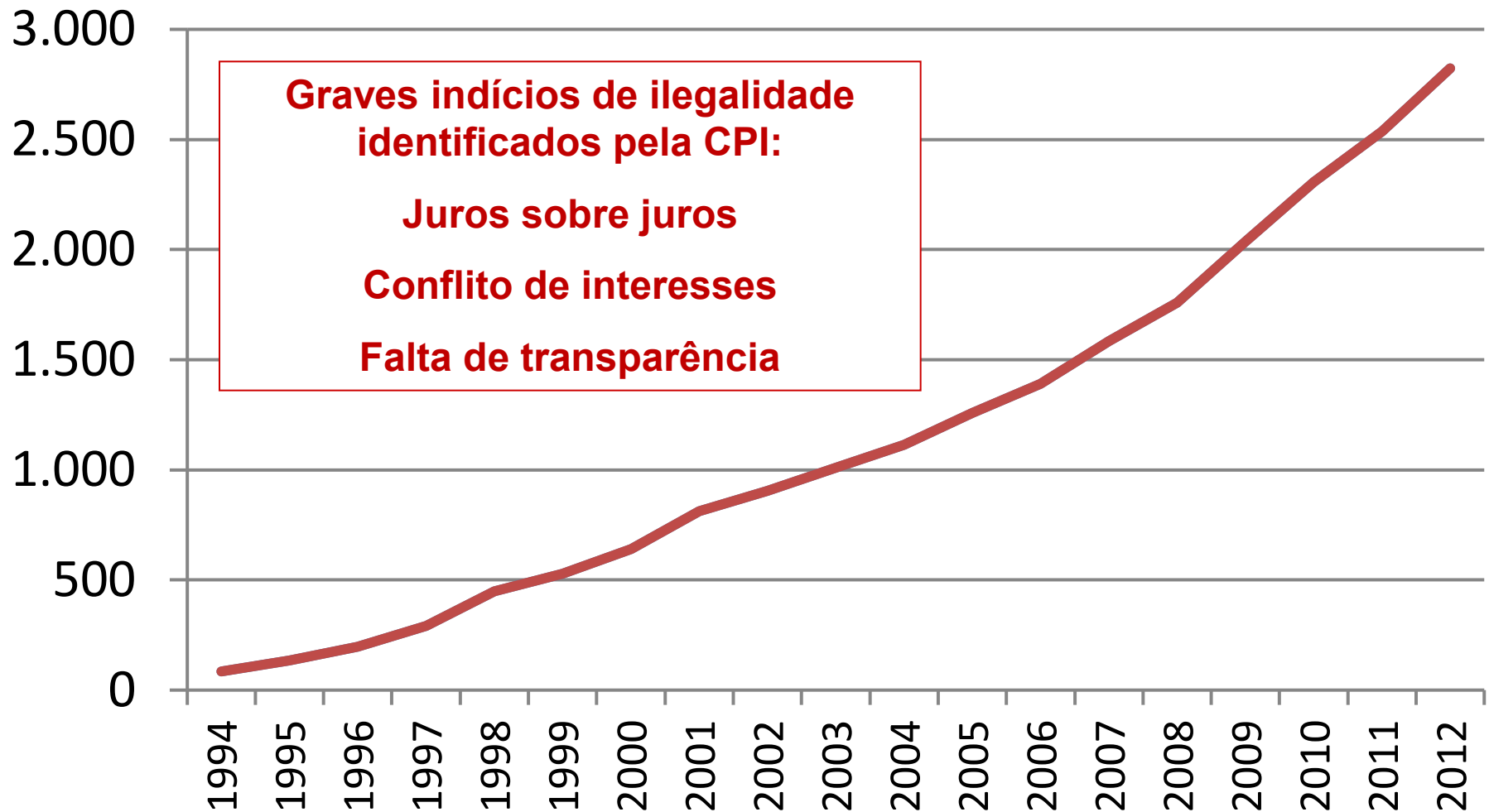
Reformas neoliberais: Previdência, Privatizações

Ausência de controle de capitais

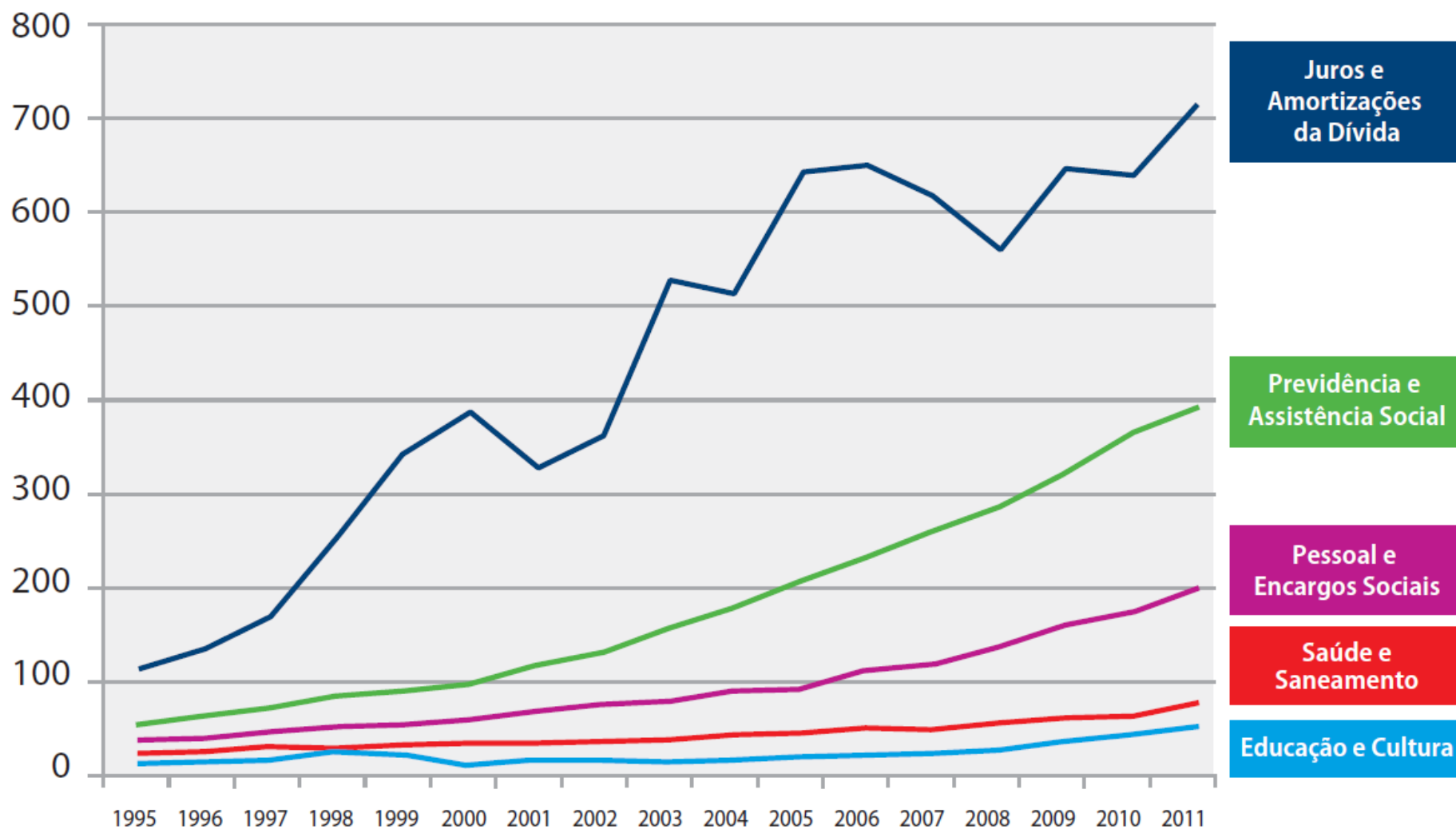
Dívida Externa (US\$ bilhões)



Dívida Interna (R\$ bilhões)



Orçamento Geral da União – Gastos Selecionados (R\$ bilhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - SIAFI. Inclui a rolagem, ou “refinanciamento” da Dívida, pois a CPI da Dívida constatou que boa parte dos juros são contabilizados como tal.

DISCURSO DO GOVERNO

- *Aqui, não existe Crise da Dívida*
- *Nos livramos do FMI – dívida não é mais problema*
- *Taxa de juros em queda*
- *40 milhões de pessoas saíram da pobreza*
- *Estamos em Pleno Emprego*

SERÁ VERDADE?

A RECENTE QUEDA DA TAXA SELIC

Dia 19/04/2012: Selic reduzida a 9% a.a., mas títulos foram vendidos a 10,78% a.a. pelo Tesouro Nacional.

Em dezembro, Selic a 7,25% mas títulos vendidos a 11,72% em média



TESOURO NACIONAL

INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM A CODIP E COM O DEMAB

DEALERS

10/02/2012 a 31/07/2012

BCO BRADESCO S A
BCO BTG PACTUAL S A
BCO CITIBANK S A
BCO DO BRASIL S A/MERCADO
BCO J P MORGAN S A
BCO SANTANDER (BRASIL) S A
BCO VOTORANTIM S A
CAIXA ECONOMICA FEDERAL/MERCADO
CM CAPITAL MARKETS CCTVM LTDA
HSBC BANK BRASIL S A - BANCO MULTIPLO
ITAU UNIBANCO S A
RENASCENCA DTVM LTDA/BRAD

10/08/2012 a 31/01/2013

BCO BARCLAYS S A
BCO BRADESCO S A
BCO BTG PACTUAL S A
BCO DO BRASIL S A/MERCADO
BCO SANTANDER (BRASIL) S A
BCO VOTORANTIM S A
CAIXA ECONOMICA FEDERAL/MERCADO
DEUTSCHE BANK S A - BCO ALEMAO
HSBC BANK BRASIL S A - BANCO MULTIPLO
ICAP DO BRASIL CTVM LTDA/BRAD
ITAU UNIBANCO S A
RENASCENCA DTVM LTDA/BRAD

Referência Legal:

Decisão-Conjunta 18, de 10/02/2010, Ato Normativo Conjunto 26 de 08/02/2012 e Ato Normativo Conjunto 27 de 08/02/2012.

Por quê os bancos não reclamaram da suposta “queda drástica” dos juros?

Banco	Lucro – jan a set 2011 (R\$ bilhões)	Lucro – Jan a set 2012 (R\$ bilhões)
Itaú-Unibanco	10,9	10,1
Bradesco	8,4	8,6
Banco do Brasil	8,6	8,3
CEF	3,5	4,2
Santander	5,9	4,6

Crédito fácil, sobre o qual são feitas apostas

SUPERENDIVIDAMENTO e INADIMPLÊNCIA
(Maior *SPREAD* do mundo)



JUROS



DÍVIDA

Serviços Públicos

TRIBUTOS

Especulação
e Prejuízos

Compra de títulos públicos

Salvamento bancário



A estratégia de manutenção do Poder e da Acumulação Capitalista

Lucros crescentes para setor financeiro/empresarial

Financiamento de campanhas eleitorais e corrupção

Extremo poder da mídia ligada ao grande capital

Ilusória distribuição de riqueza

Pequenos ganhos para os pobres: Bolsa Família

Pífios reajustes para trabalhadores

Acesso a produtos baratos: sensação de melhoria de vida

Acesso a crédito/financiamentos

DÍVIDA DOS ESTADOS

- **“Sistema da Dívida”**
- **Endividamento sem contrapartida: mecanismos financeiros**
- **Refinanciamento pela União Lei 9.496/97: Pacote**
 - **Privatizações do patrimônio dos estados**
 - **Assunção de dívidas de bancos – PROES**
- **Endividamento com Banco Mundial**
- **Fraudes**
- **SACRIFÍCIO SOCIAL**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria do Tesouro Nacional

ANEXO I – Resposta do MF ao item (a) do Ofício nº 25/09-P –

Valores Assumidos e Refinanciados pela União e empréstimos do PROES

Em R\$

Estado	Valor das Dívidas Estaduais Assumidas pela União	Data da Assunção (1)	Valor das Dívidas Refinanciada aos Estados	Subsídio Inicial (2)	Empréstimos do PROES		Saldo Devedor Inicial (4)	Saldo Devedor Total Inicial
					Valores (3)	Data		
AL	677.887.265,64	29.06.98	648.241.932,87	29.645.332,77			648.241.932,87	1.961.846.007,91
	807.191.884,74	04.05.00	807.191.884,74				807.191.884,74	
					502.414.272,54	16.10.02	502.414.272,54	
					3.997.917,76	31.12.08	3.997.917,76	

Dívida Contratual Interna Junto ao Tesouro Nacional e ao Sistema Financeiro Nacional

		Saldo Devedor – Posição 12/2012		Em R\$1,00
Estado	Credor			Total
	Tesouro Nacional	Inst. Financ. Públicas	Inst. Financ. Privadas	
Alagoas	7.067.481.523,16	233.617.391,46	14.823.721,46	7.315.922.636,08



ATO PÚBLICO
PELA REVISÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS
15 DE MAIO DE 2013

GRANDE MOBILIZAÇÃO SOCIAL
OAB NACIONAL
BRASÍLIA DIA 15/05/2013

Ato Público "Pela Revisão da Dívida dos Estados e Municípios"

Lançamento do livro "*Auditoria Cidadã da dívida dos Estados*"

Art. 4º do PLP nº 238/2013

Modifica dispositivos da Lei nº 9.496/97 referentes à REMUNERAÇÃO NOMINAL cobrada de Estados e Municípios:

- JUROS REAIS: *“calculados e debitados mensalmente, à taxa mínima de quatro por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado”*
- ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: *“calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA”*

O PLP diz ainda que quando essa remuneração nominal exceder à variação da taxa SELIC, no mesmo mês, deverá ser substituído pela referida taxa.

ILEGALIDADES

- Desrespeito ao Federalismo
- Desrespeito à Sociedade
- Cobrança de juros sobre juros
- Capitalização mensal de juros
- Cobrança de juros superiores aos autorizados pelo Senado
- Exigência de robustas garantias
- Desequilíbrio entre as partes
- Desconsideração do valor de mercado dos títulos estaduais e municipais
- Desconsideração dos antecedentes
- Adoção do IGP-DI
- Ausência de cláusula do equilíbrio econômico-financeiro do contrato
- Condições diferentes para cada Estado

DANO FINANCEIRO E PATRIMONIAL

SURGIMENTO DA DÍVIDA DOS ESTADOS

ORIGEM:

- Governo militar centralizou a gestão tributária na União e esvaziou governos sub-nacionais
- Endividamento dos Estados: Incentivado pela União para financiar o déficit público gerado pela política tributária (Lei 7.614/87 autorizou operações de crédito interno à conta e risco do Tesouro Nacional, mediante suprimento específico adiantado pelo Banco Central)
- Estados sofrem impacto das políticas impostas pelo FMI a partir de 1983

NECESSIDADE DE AUDITORIA:

- Maioria das Resoluções do Senado das décadas de 70 e 80 - que autorizaram endividamento dos estados - sequer mencionam o Agente Credor
- Diversas sequer mencionam a finalidade do empréstimo

FINANCIAMENTO DA DITADURA?

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DOS ESTADOS

- Impacto da política monetária federal, principalmente juros altos

Relatório Final da CPI da Dívida Pública – Maio / 2010

(aprovado pela base do governo e pelo PSDB)

"30. O comportamento das dívidas estaduais, antes de sua assunção pelo governo federal, foi afetado de maneira decisiva pela política de juros reais elevados implantada após o Plano Real e tornou inevitável um novo programa de refinanciamento, desta vez em caráter definitivo."

NECESSIDADE DE AUDITORIA

GÊNESE DO REFINANCIAMENTO: ACORDO FMI

Carta de Intenções de dezembro/1991, itens 24 e 26:

26. *Para facilitar um maior fortalecimento das finanças públicas, em outubro o Executivo submeteu ao Congresso propostas de mudanças institucionais que procuram fazer modificações na distribuição de receitas tributárias entre os governos federal, estadual e municipal para 1992 e 1993, a **proibição de novas emissões de títulos de dívida pelos estados** e um programa de reestruturação de dívida no qual **o governo federal vai assumir as dívidas dos estados em troca de um programa de ajuste de 2 anos que vai facilitar a reestruturação dos gastos dos estados;***

DANO: CONDIÇÕES EXTREMAMENTE ONEROSAS

Dívida Interna Total de MG	
Estoque em 1998, após refinanciamento pela União	R\$ 18.500.000.000,00
Dívida Interna Total de MG, computando-se os pagamentos efetuados	
Estoque em 31/12/2011 http://www4.bcb.gov.br/fis/dividas/lestados.asp	R\$ 66.810.020.404,51
Dívida Interna Total de MG, se aplicada outra condição financeira desde o início do acordo com a União. Computados os pagamentos efetuados	
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado TJLP	10.389.018.129,77
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado IPCA	2.194.301.801,64
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado IPCA + juros reais de 2% a.a.	9.325.216.480,38
Estoque em 31/12/2011, caso aplicado juros nominais fixos de 6%	-1.596.367.620,67

MONTANTE INICIAL CIFRAS REFINANCIADAS PELA UNIÃO

VALOR TOTAL REFINANCIADO	R\$ 112,17 bilhões	
• Empréstimos do PROES	R\$ 61,92 bilhões	55%
• Dívida dos Estados	R\$ 50,25 bilhões	45%

Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central

RESUMO

VALOR TOTAL REFINANCIADO (RETIFICADO)	R\$ 113,18 bilhões
Amortizações Pagas (1997 a 2011)	R\$ 55,21 bilhões
Juros Pagos (1998 a 2011)	R\$ 120,98 bilhões
Saldo em 31/12/2011	R\$ 369,36 bilhões

Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central

PERFIL DA DÍVIDA DOS ESTADOS

- Dívida Renegociada com a União: cerca de 95% do montante
- Crescimento do endividamento dos estados com o Banco Mundial

ASSESSORIA DO BANCO MUNDIAL PARA FUNDOS DE PENSÃO NACIONAL E SUBREGIONAIS

Projeto: BR State Pension Reform TAL II (P089793)

Valor: US\$ 5 milhões

Objetivo: "*Significativas reduções dos custos das aposentadorias*"

Estados que já manifestaram interesse em participar: 23 Estados

Recursos liberados para 18 Estados:

RN	AP	RS	DF	RR
PE	SE	MG	ES	AC
PB	SP	MS	BA	
CE	SC	GO	TO	

DÍVIDA: impede a vida digna e o atendimento aos direitos humanos

De onde veio toda essa dívida pública?

Quanto tomamos emprestado e quanto já pagamos?

O que realmente devemos?

Quem contraiu tantos empréstimos?

Onde foram aplicados os recursos?

Quem se beneficiou desse endividamento?

Qual a responsabilidade dos credores e organismos internacionais nesse processo?

Somente a AUDITORIA responderá essas questões

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

CPI da Dívida Pública

**Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da
Constituição**

EQUADOR – Lição de Soberania

Comissão de Auditoria Oficial criada por Decreto

- **Em 2009:** Proposta Soberana de reconhecimento de no máximo 30% da dívida externa representada pelos Bônus 2012 e 2030
- 95 % dos detentores aceitaram a proposta equatoriana, o que significou anulação de 70% dessa dívida com os bancos privados internacionais
- Economia de US\$ 7,7 bilhões nos próximos 20 anos
- Aumento gastos sociais, principalmente Saúde e Educação

CPI DA DÍVIDA – CÂMARA DOS DEPUTADOS

Criada em Dez/2008 e Instalada em Ago/2009, por iniciativa do Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)

Concluída em 11 de maio de 2010

Identificação de graves indícios de ilegalidade da dívida pública

Momento atual: investigações do Ministério Público

**NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
PARA EXIGIR A COMPLETA INVESTIGAÇÃO DA DÍVIDA
PÚBLICA E A AUDITORIA PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL**

CONCLUSÃO

Instrumento do endividamento público foi usurpado pelo setor financeiro

Nação submissa aos interesses do “Mercado”

Metade dos recursos orçamentários da União transferidos para pagamento da dívida pública

Consequências: Sacrifício Social, Exclusão, Miséria e Violência

Terrorismo: “Não há outro caminho ”

Fazem parecer difícil (*massa retórica enganosa e desinformação*) para que acreditemos que é impossível mudar os rumos

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

CONHECIMENTO DA REALIDADE

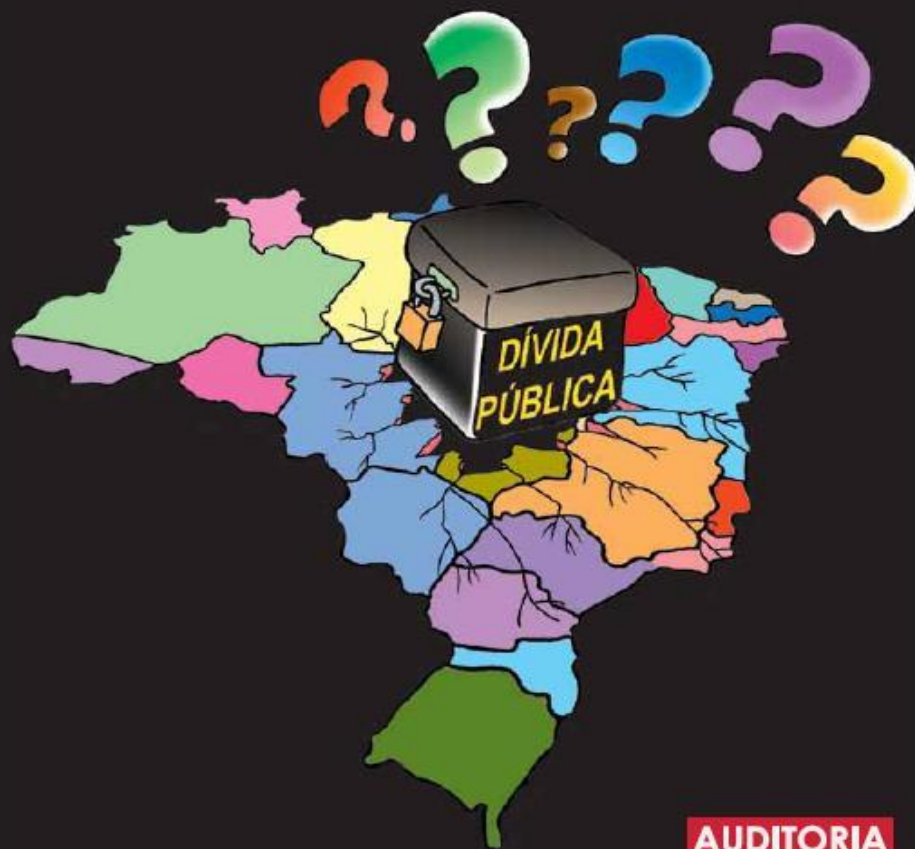
MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

AÇÕES CONCRETAS

- Auditoria da Dívida Pública para desmascarar o “Sistema da Dívida” e democratizar o conhecimento da realidade financeira **NÚCLEOS**
- Investigações pelo Ministério Público
- Rever a política monetária e fiscal para garantir distribuição da renda e justiça social
- Atender Direitos Humanos
- TRANSPARÊNCIA e acesso à VERDADE

A DÍVIDA PÚBLICA EM DEBATE:

Saiba o que ela tem a ver com a sua vida



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Capítulos:

- O Brasil é um dos países mais ricos do mundo
- Desigualdade social e desrespeito aos direitos humanos no Brasil
- Modelo Econômico equivocado e injustiça social
- A dívida pública brasileira
- Dívida Externa
- Dívida Interna
- Dívida dos Estados
- O Sistema da Dívida
- Auditoria
- Iniciativas Internacionais de Auditoria da Dívida
- Crise da Dívida na Europa e EUA
- Precisamos reforçar essa luta. Participe!

Obrigada

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br